

476 Rp

O PENSAMENTO DE SALAZAR

PORTUGAL E A CAMPANHA ANTICOLONIALISTA

*DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE
DO CONSELHO, PROFESSOR DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR, NA
SESSÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE 30 DE NOVEMBRO DE 1960*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO
L I S B O A ● 1 9 6 0

773

476-Rp



O PENSAMENTO DE SALAZAR

476 Rp
BIBLIOTECA
MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

PORTUGAL E A CAMPANHA ANTICOLONIALISTA

*DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELENCIA O PRÉSIDENTE
DO CONSELHO, PROFESSOR DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR, NA
SESSÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE 30 DE NOVEMBRO DE 1960*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO
1960 • LISBOA



INCORPORAÇÃO

5/2/54
M.F.S.

ANTIGONALISTA
E A CAMPANHA
PORTUGAL

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGACAO E DOCUMENTACAO
LISBOA

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGACAO E DOCUMENTACAO
LISBOA

Senhor Presidente da Assembleia Nacional
Senhores Deputados :

Tenho seguido com a atenção possível a campanha anticolonialista em que se pretendeu envolver Portugal e mesmo, para bem operar a divisão das forças adversas, quase só Portugal. Em jornais, manifestos e discursos, incluindo os proferidos em altas assembleias políticas, não encontrei porém nada do que me interessava saber, ou seja : em que se pensa consistir o problema e as linhas gerais da sua solução. Aliás, o que menos preocupou foi esclarecer as questões; e como a discussão parece ter abandonado o domínio da inteligência para tentar criar em certas regiões estados emocionais propícios à subversão, não há pròpriamente a quem responder. Desta forma me surgiram dificuldades por não saber como redigir e a quem endereçar algumas palavras que por outro lado reputava necessárias.

Lembrei-me de que os portugueses de todos os continentes, aí fixados ou filhos da terra, têm o direito de saber o caminho por onde pensamos que devemos conduzir-nos nas graves circunstâncias actuais. E todos os mais interessados na contenda talvez também possam tirar daí alguma conclusão e avaliar o peso das suas próprias responsabilidades, pois não vão supor que a sorte de milhões de homens, a ordem e paz do seu viver, o fruto do seu trabalho, os princípios da civili-

zação que adoptaram, podem ser entregues à vacuidade dos discursos de comício e à anarquia dos anunciados movimentos libertadores.

I

Tirante a Etiópia, alguns países da África mediterrânea e as províncias portuguesas ultramarinas a que adiante me referirei, podemos dizer que de um modo geral se nos deparam naquele Continente duas espécies de território. Das suas diversas situações e características é que haviam de decorrer as directrizes em conformidade com as quais os seus problemas podiam ser correctamente equacionados e resolvidos. Sujeitos como todos foram ao trabalho de colonização, encontraremos o traço fundamental de diferenciação desses territórios na atitude política dos Estados soberanos, ou, o que é o mesmo, na finalidade da sua obra colonizadora.

Por vezes terá esta consistido tão-sòmente na exploração económica do solo ou do subsolo, através de empreendimentos que não exigiam a fixação permanente da gente branca. Os Estados responsáveis declararam ou alimentaram sempre o propósito de educar, de elevar as populações autóctones até estas atingirem a independência. A este propósito deve ter correspondido uma política, e a independência dos territórios não é senão o reconhecimento de que foi atingida a meta ambicionada. Isto se passa neste momento e se passou nos últimos anos, tanto na África como na Ásia.

Se os Estados detentores da soberania cometeram qualquer erro de apreciação e precipitaram as concessões que elevaram tais territórios ao plano de Estados independentes, não hei-de apreciá-lo aqui. Vamos admitir que viram bem e procederam em todas as circunstâncias como deviam, nem cedo nem tarde. Vamos admitir que os territórios dispunham e outros estão em vias de dispor, no momento em que ascen-

derem à independência, do escol necessário para orientar a política, dirigir a administração, gerir as finanças, administrar os empreendimentos económicos. Para que estas soberanias não sejam fictícias e estas independências sejam inteiramente responsáveis, em termos de se constituírem membros da comunidade internacional e de conviverem pacificamente com os outros Estados, todas aquelas condições seriam indispensáveis. Não é elegante sublinhar qualquer deficiência, e por isso atribuiremos certas atitudes, alguns propósitos e ameaças, a pretensão de expansões imperialistas à euforia de espíritos plenamente felizes, porque convictos de ter descoberto o mundo e de estar na posse de todos os segredos da condução da humanidade.

Em geral nestes territórios, hoje ou amanhã Estados soberanos, para o que se diz virem sendo preparados desde longe, podem não obstante surgir conflitos raciais, mesmo dos homens de cor entre si — tradicional flagelo da África antes da colonização europeia. Como na hipótese o branco é elemento de passagem, não fixado nem portador de outro pensamento político que não seja exactamente o da retirada e do abandono, não haveria razão para que certas mutações a que temos assistido suscitassem as violentas explosões de racismo contra o homem branco, credor dos progressos realizados e suposto não necessário já à evolução económica e social dos territórios. Há factos a desmentir estas previsões; apesar disso este caso é o mais simples dos que a África negra nos apresenta.

*

* * *

A questão é de facto muito mais intrincada quando os territórios são povoados por brancos e por negros, sobretudo se o branco ocupou territórios livres, desbravou as terras, estabeleceu as explorações agrícolas ou industriais, financiou os

empreendimentos, organizou a administração, manteve a ordem e a paz. A descoberta, a conquista, o trabalho incorporado no solo, a sucessão das gerações são títulos de legitimidade, contra os quais a frase explosiva corrente — *a África é dos africanos* — pretende nada menos que refazer a história, sem dispor de força para dar solução ao problema. Esses territórios encontram-se premidos entre o valor da qualidade que é a administração, a direcção do trabalho, a posse dos meios económicos, e o peso do número, por si só insuficiente para assegurar o progresso geral. Pretende-se democraticamente resolver o problema, conferindo ao maior número a direcção total da comunidade. Devemos ter a coragem de afirmar que estes casos não têm solução possível — digo solução pacífica, equitativa, progressiva — dentro das ideias correntes; não têm solução nenhuma no quadro do racismo negro nem do racismo branco. O único caminho seria enveredar no sentido de sociedades pluri-raciais em que as raças se misturassem ou convivessem, vindo a pertencer a direcção e o mando aos mais hábeis e melhores; mas este processo nem sempre é espontâneo e não pode em qualquer caso dispensar a tutela e guia da soberania tradicional.

Através das nuvens de poeira que a campanha anticolonialista levanta, não se atenta nem compreende o drama das sociedades deste tipo, como, entre outras, a Argélia, as Rodésias, a África do Sul. Quando vejo cegos ataques desferidos contra as soberanias responsáveis e contra as providências naturalmente hesitantes ou até contraditórias dos seus governos, em vez de mostras de compreensão e de pacientemente se ajudarem a vencer as dificuldades, pendo a crer que a razão e a justiça são sacrificadas a ideologias sem base e a paixões instintivas ou que há outros interesses em jogo que não são propriamente nem os interesses dos pretos nem os interesses dos brancos que com eles convivem.

*
* *
*

Todos os territórios africanos de uma ou de outra composição demográfica, talvez com excepção da África do Sul, se consideram correntemente subdesenvolvidos. Acerca das possibilidades de progresso económico e social andam no ar muitas ilusões e há esperanças que talvez jamais se convertam em realidades, dadas as características do continente africano. Mas de qualquer modo, mesmo nos territórios mais avançados por obra e graça do branco, há longos caminhos a percorrer quanto à saúde, à educação, à produção de riquezas, ao emprego, ao nível de vida das populações. Esse trabalho ciclópico e ingrato exigirá largos espaços de tempo, e, além de tempo, capitais, técnica, direcção administrativa. Quem os fornece?

Os territórios de que me ocupo não criam capitais suficientes para a sua crescente valorização, não dispõem de técnicos bastantes nem da direcção necessária. Os problemas raciais que estão sendo avivados e suscitados mesmo onde não existem, importam a inutilização dos valores de organização e financiamento que o branco representa. Então formulam-se sugestões, umas ousadas e inviáveis, outras ingénuas e ineficazes, para que o vazio criado seja de qualquer forma preenchido, em homens e em dinheiro.

A necessidade de realizar essa tarefa é evidente; mas mais premente será antes a de planear, em harmonia com as necessidades da população e as directrizes e exigências da economia mundial, o conjunto do trabalho nos territórios. E veremos então surgir algures a sede desses cérebros, a central desses técnicos, a banca dessa finança, estranhos aos territórios, mas encarregados de ocupar-se deles, com o que teremos inventado uma nova forma de colonialismo — o colonialismo internacional. Temos exemplos à vista.

Quanto aos capitais necessários, o problema é redutível a saber se se caminha no sentido do subsídio dadivoso ou no do capitalismo. As pessoas que têm alguma experiência de governo sabem que mesmo nas nações de mais antiga estrutura, as marcas de solidariedade da população podem revelar-se com exuberância, mesmo com entusiasmo, mas sempre acidentalmente; não é essa a forma normal de nos ajudarmos uns aos outros. A intervenção da autoridade é que indica as rotas, define as necessidades e distribui os sacrifícios. Mas na sociedade internacional não só estamos muito mais longe dos sentimentos de coesão fraterna, como não existe a organização que disponha de autoridade para impor a todos a sua contribuição.

Eu quero significar que o subsídio gratuito, mesmo de carácter e fim político, será sempre insuficiente, e que só o investimento de feição capitalista, mais ou menos interessado, permitirá resolver as dificuldades. Mas quer este investimento seja privado quer seja público ou estadual, da parte de quem o fornece ou de quem o utiliza, ele exigirá, além da ordem e do trabalho das populações locais, as garantias mínimas que só uma soberania responsável pode assegurar. E toda a dificuldade estará aqui: a necessidade de uma soberania responsável, exercida por um Estado devidamente organizado; ora é duvidoso que possam consegui-lo, no meio de tribos desavindas, os regimes importados da Europa e da América.

Que para fugir à possível influência política exercida por via financeira, se queiram adoptar métodos de financiamento confiados às Nações Unidas ou a outros organismos apolíticos, se os há neste mundo, é indiferente, porque na situação actual não se poderão obter capitais sem a segurança de que serão aplicados reprodutivamente e não se sumirão na voragem das populações em desordem e das actividades anarquizadas. Não se conhecem fontes de rendimento públicas ou privadas capazes de aguentar tais esbanjamentos.

Concluiremos que essa onda de odiento racismo que se levanta contra o branco em África, e será também lá contra o amarelo amanhã, não é moral mas sobretudo não é inteligente; e que o abandono, se precipitado, de muitos territórios por parte das potências europeias se me afigura um crime mais contra o negro que se pretendia elevar do que contra o branco, mesmo que ameaçado de expulsão e despojado de todos os seus haveres.

*
* *

Não haverá então outra alternativa? Sim, e começam a despontar exemplos. Uma economia de Estado pode arrancar para a produção e o comércio externo, apropriando-se gratuitamente de todos os meios ao serviço da economia privada. Esta não se desenvolverá mais nos termos anteriores, mas o rompimento da estrutura económica e social existente, a negação violenta do direito de propriedade e a formação duma economia socialista são suficientes para definir a política do Estado e atrair-lhe os apoios necessários ao desenvolvimento ulterior. Para compensar a falta de capitais ou a baixa produtividade do trabalho será condição essencial a mobilização da mão-de-obra existente e porventura outras servidões. Mas a independência continuará a ser a liberdade do território, e é compatível com a escravidão dos indivíduos. — Há quem não acredite no comunismo em África. Pois ele entrará por muitos meios e um dos meios é este.

*
* *

A campanha anticolonialista desconhece estes factos, e as dificuldades, e as consequências da política prosseguida? Permitto-me exprimir a tal respeito a maior dúvida. Na cam-

panha concorrem duas forças não forçosamente solidárias, salvo quanto ao objectivo final. O comunismo, na sua luta contra o Ocidente, previu, estudou, montou toda a máquina com que espera diminuí-lo ou vencê-lo, desintegrando a África e subtraindo-a à sua direcção e influência. Não lhe importam quaisquer outras consequências, exactamente porque sobre o caos construirá melhor.

Por outro lado, aqui e além, pequenas mas activas minorias, agitando as massas, parecem esforçar-se por dar uma pátria a povos que a não tinham; mas os novos nacionalismos, ao abandonarem as antigas dependências, correm de mãos dadas atrás de uma esperança vã — a de que, sendo da mesma cor, podem sustentar-se mutuamente ou entender-se melhor. Que ilusão! Os interesses não têm a mesma cor dos homens. A solidariedade que se revela na actual frente de ataque não é uma solidariedade de fundo; ela empenha-se na destruição das actuais estruturas mas é incapaz de construir outras novas. A unidade de África é afirmação gratuita que a geografia e a sociologia desmentem. E, ao contrário do que aconteceu na América, a Europa não se deu o tempo de definir mais racionalmente fronteiras, pacificar em definitivo raças e tribos, formar nações que fossem verdadeiros substractos de Estados. Quem serão então os futuros organizadores? Façamos uma pergunta mais directa: quem serão os futuros colonizadores? Esta a incógnita que pesa sobre grande parte de África.

II

Para nós, nação compósita — euro-africana e euro-asiática — as considerações acima não têm apenas interesse especulativo; é possível derivarem do movimento actual consequências graves e talvez se nos levantem problemas de soberania e vizinhança. Debrucemo-nos por isso sobre nós

próprios, para averiguarmos sob que ângulo os temos de enfrentar.

Quando a Nação portuguesa se foi estruturando e estendendo pelos outros continentes, em geral por espaços livres ou desaproveitados, levou consigo e pretendeu imprimir aos povos com quem entrara em contacto conceitos muito diversos dos que mais tarde caracterizaram outras formas de colonização. As populações que não tinham alcançado a noção de pátria, ofereceu-lhes uma; aos que se dispersavam e desentendiam em seus dialectos, punha-lhes ao alcance uma forma superior de expressão — a língua; aos que se digladiavam em mortíferas lutas, assegurava a paz; os estádios inferiores da pobreza iriam sendo progressivamente vencidos pela própria ordem e pela organização da economia, sem desarticular a sua forma peculiar de vida. A ideia da superioridade racial não é nossa; a da fraternidade humana, sim, bem como a da igualdade perante a lei, partindo da igualdade de méritos, como é próprio de sociedades progressivas.

Em todos esses territórios a mistura das populações auxiliaria o processo de formação de uma sociedade pluri-racial; mas o mais importante, o verdadeiramente essencial estava no espírito de convivência familiar com os elementos locais; nas possibilidades reconhecidas de acesso na vida económica e social; nos princípios de uma cultura mais avançada e de uma moral superior que, mesmo quando violada, era a regra do comportamento público e privado. Se através destes meios, de acção forçosamente lenta, conseguia formar-se uma comunidade com certo grau de coesão, pode dizer-se que a tarefa estava vingada: a independência e a igualdade dos povos integrados com seus territórios numa unidade nacional.

Mais de 300 anos trabalhámos no Brasil, inspirados pelo mesmo ideal, e o que ali passou a observar-se é verdadeiramente extraordinário: o Brasil tem as portas abertas a gente de quase todo o mundo, caldeia-a na variedade dos seus ele-

mentos demográficos, absorve-a, assimila-a e não diminui em lusitanidade. Entre os países para cuja formação contribuíram raças diferentes, nenhum como ele apresenta tão completa ausência de traços racistas na legislação, na organização política, na conduta social. Ele é a maior experiência moderna de uma sociedade pluri-racial, ao mesmo tempo que exemplo magnífico da transposição da civilização ocidental nos trópicos e no Continente americano. Pacífico, estável, dinamicamente progressivo, o Brasil, mesmo ao rever-se nas suas criações próprias, não tem que maldizer das origens nem renegar a sua pátria.

A sociedade pluri-racial é portanto possível e tanto de cepa luso-americana como de base luso-asiática, segundo se vê em Goa, ou luso-africana, em Angola e Moçambique. Nada há, nada tem havido que nos leve a conclusão contrária. Simplesmente essa sociedade exclui toda a manifestação de racismo — branco, preto ou amarelo e demanda uma longa evolução e trabalho de séculos, dentro dos princípios que estão na base do povoamento português. Mal avisados andaríamos agora a inovar práticas, sentimentos, conceitos diversos dos que foram o segredo da obra realizada e são ainda a melhor salvaguarda do futuro.

Estamos em África há 400 anos, o que é um pouco mais que ter chegado ontem. Levámos uma doutrina, o que é diferente de ser levados por um interesse. Estamos com uma política que a autoridade vai executando e defendendo, o que é distinto de abandonar aos chamados «ventos da história» os destinos humanos. Podemos admitir que a muitos custe compreender uma atitude tão estranha e diversa da usual; mas não podemos sacrificar a essa dificuldade de compreensão populações portuguesas cujos interesses na comunidade nacional consideramos sagrados.

É possível encontrar muitas deficiências no nosso trabalho, e somos os primeiros a lamentar que a limitação dos recursos

não nos tenha permitido ir mais além. Especialmente nas comunicações, na divulgação da instrução, na organização sanitária temos diante de nós largos caminhos a percorrer. Mas, mesmo nesses como em muitos outros domínios, quando nos comparamos, não temos de que envergonhar-nos. As nossas cidades e vilas, os nossos caminhos de ferro, os portos, os aproveitamentos hidroeléctricos, a preparação e distribuição de terras irrigadas por brancos e pretos, a exploração das riquezas do subsolo, as instalações dos serviços têm seu mérito. Mas o ambiente de segurança, de paz e de fraternal convívio entre os muito diversos elementos da população — caso único na África de hoje — é a maior obra, porque a outra quem quer a podia fazer com dinheiro e esta não.

O trato familiar de sucessivas gerações foi forjando e consolidando a unidade entrevista no começo. Esta unidade não é por isso uma ficção política ou jurídica mas uma realidade social e histórica traduzida nas Constituições, e levanta obstáculos muito sérios aos que pensam dedicar-se agora à tarefa de emancipar a África portuguesa. Vêm tarde: já está. É que essa unidade não comporta alienações, cedências ou abandonos; as figuras jurídicas do plebiscito, do referendun, da autodeterminação tão-pouco se quadram na sua estrutura.

Aos inclinados a supor que teorizamos, opomos as espontâneas e vibrantes reacções da consciência nacional, ao sentir o mais leve perigo. Aqui e no Ultramar, em território nacional ou estrangeiro, o Português de qualquer cor ou raça sente essa unidade tão vivamente que toma as discussões como ameaças e as ameaças como golpes que lhe retalham a carne. De modo que não há mais a fazer do que proclamá-la a todos os ventos e, na medida do possível, vigiá-la em todas as fronteiras.

Aliás a ligeireza com que temos visto falarem uns, calarem-se outros sobre problemas desta transcendência — o destino de milhões de seres humanos — faz-me crer que não foi

ainda devidamente apreciada a gravidade das implicações possíveis de tão grandes desvarios. No domínio do direito internacional, das realidades práticas, das relações convencionais e dos interesses em jogo há ainda, pelo que nos toca, muita matéria a esclarecer no debate.

*
* *
*

Os aspectos que venho referindo acerca da unidade da Nação na pluralidade dos seus territórios importam a unidade de direcção política, com a colaboração de todos, mas não têm nada a ver com certos problemas que apenas respeitam à organização administrativa e a maior ou menor descentralização e autonomia, problema acerca do qual vejo muitas pessoas manifestarem-se altamente interessadas. Não se trata para mim de problema de princípio mas sobretudo de possibilidades.

Nas últimas décadas a economia do Ultramar, designadamente em Goa e nas províncias de Angola e Moçambique, tem tomado grande desenvolvimento, e a par do progresso económico e dos progressos da instrução vai surgindo um escol cada vez mais numeroso de pessoas aptas para a administração dos territórios. É, aliás, fenómeno natural a tendência para o alargamento de funções em correlação com necessidades acrescidas e os meios de que se dispõe. Por outro lado, a vastidão dos territórios e até as distâncias que os separam, ao mesmo tempo que as particularidades de alguns dos seus problemas hão-de ir impondo que mais vastos sectores da Administração sejam confiados aos órgãos locais, com o que pode ganhar-se em tempo e até, teòricamente ao menos, na justeza de apreciação das circunstâncias de lugar; no entanto, nada podê dispensar a competência de um largo escol com que os serviços se enriqueçam. Um único ponto me pareceria contrariar

o espírito de unidade: seria pensar numa espécie de exclusivo ou privilégio que negasse a um português o direito de trabalhar ou de servir em qualquer fracção do território, segundo as suas aptidões. Não temos goeses e moçambicanos em Lisboa? europeus e cabo-verdianos na Guiné? angolanos ou guinéus em Moçambique? moçambicanos em Timor? Pois assim penso deverá continuar a ser.

O Governo tem o espírito aberto a todas as modificações da estrutura administrativa, menos às que possam atingir a unidade da Nação e o interesse geral.

III

Temos de dizer uma palavra acerca do quadro em que vem desenvolvendo-se a campanha contra Portugal e os seus territórios de além-mar. Esta foi por assim dizer oficializada nas Nações Unidas, mas dispõe fora delas dos seus órgãos de divulgação e de acção subversiva.

Afigura-se-me que as Nações Unidas se encontram num passo crucial da sua vida, não porque tenham avançado no sentido da universalidade — foram criadas para albergar em seu seio todos os Estados independentes — mas porque se vão afastando do espírito que presidiu à sua criação, ao mesmo tempo que substituem os processos de trabalho. É visível a tendência para converterem-se em parlamento internacional, a que não faltam mesmo sessões tempestuosas, partidos ideológicos e rápicos, arranjos de corredores. Para que a solução por que alguns anseiam se completasse, seria no entanto necessário sobrepor-lhe um executivo responsável da confiança da Assembleia, o que oferece dificuldades, na medida em que os Estados-Unidos se não disponham a custear a política aventureira de alguns novos Estados ou a Rússia não esteja resolvida a trabalhar com um parlamento que não seja inteiramente seu, e esse não é ainda o caso. Mesmo sem governo e sem capaci-

dade de impor normas obrigatórias para os Estados membros, esse parlamento pode criar — está já criando — através das suas tribunas e da ressonância que emprestam às afirmações produzidas, vagas de agitação, ambientes subversivos, estados de espírito que funcionam como meios de pressão sobre as nações estranhas aos grandes clãs da Assembleia. E tendo sido instituídas para a paz, já ali se ouvem em demasia vozes que a não pressagiam.

Muitos Estados recém-vindos às Nações Unidas mostram-se convencidos de que só ali podem ter apoio e defesa. O resultado é que, junta a essa convicção a deficiência natural das suas representações diplomáticas, a via bilateral para a solução dos problemas vai sendo abandonada e é fatal nas Comissões e na Assembleia a tendência para a internacionalização de todas as questões e conflitos, mesmo que em nada interessem ao resto do mundo.

A distância que vai do direito de voto à capacidade de decisão, ou de uma maioria votante à força efectiva das nações, faz que soem um pouco a falso as grandes objurgatórias, mas não anula o seu perigo. Revela em todo o caso um desequilíbrio que ou desaparecerá ou de alguma forma terá de ser compensado.

Para mim, sem o dom da profecia, o carácter parlamentarista, excessivamente intervencionista e internacionalizante das Nações Unidas marcará o próximo futuro, até uma crise grave que as porá à prova. Temos de tê-lo presente, visto que não nos dispomos a aceitar a intervenção abusiva de terceiros na nossa vida interna.

Todos os nossos territórios estão abertos à observação de quem quer e o Governo e os Serviços publicam dados suficientes para se saber em cada momento como marcha a administração. A posição que havemos tomado, e manteremos, não vem pois de pretendermos ocultar seja o que for mas de que nos é impossível aceitar para as nossas províncias ultramarinas, que

fazem parte da Nação, situação equivalente à de territórios tutelados pela O. N. U. e destinados a subsequente secessão, bem como prestar contas ali de como os Portugueses entendem governar-se na sua própria casa. É ilegítimo da parte das Nações Unidas resolver discriminatòriamente contra Portugal; a Assembleia Geral não tem competência para declarar não autónomos territórios de qualquer potência. Esta é a interpretação jurìdicamente correcta e que sempre foi dada aos princípios da Carta. Nesses termos fomos admitidos e, se outro fosse o entendimento dos textos, é certo que não nos teríamos apresentado a fazer parte da Organização.

*
* *

Qualquer pessoa de boa fé pode verificar existirem paz e inteira tranquilidade nos nossos territórios ultramarinos, sem emprego da força e apenas pelo hábito da convivência pacífica. Mas fora delas, no Congo, na Guiné, no Ghana e nalguns outros, não falando já dos países comunistas ou sob a sua direcção, sabemos que se organizam comités, ligas, partidos contra a unidade portuguesa, ao mesmo tempo que emissões radiofónicas de vários lados e servindo-lhes de apoio, tentam perturbar o viver da nossa gente. Estes agitadores dispõem, ao que parece, de fundos importantes e de protecções especiais, e com uns e outras se publicam ainda manifestos e pequenos jornais para exploração da credulidade pública. A gente é pouca mas desdobra-se, para parecer muita, mudando de nome; em todo o caso apresenta-se mesmo em capitais qualificadas e consegue meter pé em imprensa de categoria mundial e considerada responsável. Este ponto é digno de atenção, tanto mais quanto a essa grande imprensa lhe era fácil mandar informar-se localmente da verdade dos factos.

As coisas mudaram muito e mudaram muito em pouco tempo. Havia dantes certo número de regras que pautavam a conduta dos Estados e de certo modo condicionavam a sua admissão na Comunidade internacional. Era admissível asilar políticos em desgraça, mas não se admitia organizar bandos de guerrilheiros, para intervir em território alheio, alimentar programas de difamação, financiar a sublevação de populações pacíficas, fornecer armamento, preparar cientificamente revolucionários. Pois tudo se faz hoje e se apregoa com a altiva segurança de estar servindo grandes causas, ao mesmo tempo que se tem como norma sagrada a boa vizinhança e a não intervenção nos negócios internos dos Estados. Está a abusar-se da hipocrisia e do cinismo; com eles desaparece na sociedade internacional o mínimo de confiança e de respeito mútuo, indispensável à vida. Mas é esta vida que vamos viver alguns anos.

Como vamos proceder?

A unidade nacional alicerçada na amiga fidelidade e convivência dos povos espalhados pelas várias províncias de Portugal, é a base indispensável — a única verdadeiramente eficiente — da nossa defesa. A consciência dessa unidade há-de ser o mais forte escudo contra a acção das propagandas externas, mas não constitui só por si toda a defesa. Esta temos de organizá-la — temos vindo a organizá-la — nos planos correspondentes à multiplicidade de métodos usados contra nós.

Entretanto temos de continuar a nossa vida, executar os nossos programas, promover os nossos empreendimentos, tão firmemente, tão serenamente como se não fosse já escândalo para o mundo a pretensão de continuarmos a defender o que muitos vêem ameaçado e alguns julgam mesmo perdido, na esteira de acontecimentos recentes que, aliás, se processaram em linhas muito diversas. Não vejo que possa haver descanso para o nosso trabalho nem outra preocupação que a de segurar com uma das mãos a charrua e com outra a espada, como durante

séculos usaram nossos maiores. Esta nova tarefa cujo peso nem sequer podemos avaliar é desafio lançado à geração presente e vai ser uma das maiores provas da nossa história. É preciso ter o espírito preparado para ela; exigirá de nós grandes sacrifícios, a mais absoluta dedicação e, se necessário, também o sangue das nossas veias, como já foi em Goa e noutras partes. Esta é a nossa sina, isto é, a missão da nossa vida, que não se há-de amaldiçoar mas bendizer pela sua elevação e nobreza.

Daqui a poucos anos — dois? três? quatro? — uma de duas coisas se observará em África: o progresso paralisado em muitas das suas extensões, com a total ruína das economias, a degradação das populações e o horror das lutas intestinas; ou então tentativas ou experiências de colonialismo internacional, irresponsável e só por isso inumano, diante do qual o preto, diplomado ou não, será apenas uma unidade estatística. Então muitos dos que no alvoreço do momento exigem a emancipação dos territórios portugueses, sem outra vantagem que desintegrá-los da mãe-pátria e com isso diminuir a resistência da Península, pensarão que prestámos grande serviço à humanidade com o nosso exemplo e às populações ultramarinas de todos os credos e cores com tê-las defendido e poupado a novas formas de escravidão.

IV

Há já muito tempo que abandonei a controvérsia com a União Indiana a propósito de Goa. Pareceu-me que nos inferiorizava este como diálogo de surdos e nada se adiantava em repetir indefinidamente as mesmas recusas às mesmas pretensões.

O Primeiro-Ministro da União Indiana é, ao mesmo tempo que figura internacional de grande relevo, chefe de partido e

de uma maioria parlamentar. Inventou a questão de Goa que não existia; multiplicou depois os meios com que obtivesse satisfação às suas ambições, e não foi feliz. Vê-se, porém, obrigado a cada momento na imprensa e nas Câmaras a dar explicações, a reiterar promessas, a alimentar o fogo sagrado.

A sua tese básica é que a geografia dita o direito político, cria, define e autentica a soberania. É evidente que o nosso Estado da Índia pertence geográficamente ao Indostão, mas, se por esse facto devesse fazer parte da União Indiana, outros Estados ora independentes estariam condenados a ser absorvidos nela. Em certo momento a China perfilhou a doutrina, aplicando-a, ao que parece, a regiões indianas do Himalaia; mas Caxemira continua privada de se integrar, como é sua vontade, no Paquistão, com certo escândalo mundial. Isto significa que a doutrina do Primeiro-Ministro não é segura nem domina todos os casos, e que para cada interesse tem de formular uma tese que o proteja ou sirva de base às suas reivindicações. É evidente que a situação criada não acredita uma nação como a Índia nem os seus mais altos dirigentes.

Verificámos então que a União Indiana, para se refazer do prestígio abalado, tomou afincadamente na O. N. U. a chefia da oposição afro-asiática contra Portugal, na esperança de, multiplicando as dificuldades pelos vários territórios portugueses, sentir maiores facilidades para as suas pretensões quanto a Goa. E não só quanto a Goa mas quanto ao leste africano em que tem postos os olhos. E quer também entregar Macau à China e o Timor português à República da Indonésia que mais de uma vez tem afirmado não lhe pertencer. Foi no entanto para nós grande satisfação verificar que as dezenas de milhares de goeses do Quénia, mau grado os aliciamentos e pressões de agentes indianos e apesar da situação delicada em terra estranha, ainda há poucas semanas revelaram na inauguração do Forte de Jesus, em Mombaça, e da estátua de Vasco da Gama, em Melinde, com a presença do nosso Ministro da Pre-

sidência, como era vivo e profundo e sincero o seu portuguesismo.

Nós respeitamos como grande potência asiática a União Indiana e, ao pretendermos manter relações de boa vizinhança, não cumprimos senão o nosso dever. Não fazemos estendal nem das revoltas, nem das fomes, nem das epidemias, nem das vítimas de todas as insuficiências. Nós temos obrigação de crer que o governo faz os máximos esforços por não deixar morrer de fome o seu povo, por elevar-lhe o nível de vida, por diminuir as diferenças sociais. Mas não nos parece bem — e é sobretudo contra a justiça — que a União Indiana pretenda amesquinhar, confrontando-se em conjunto com o nosso Estado da Índia, a civilização luso-indiana que ali se respira. É sobretudo chocante que os governantes da União Indiana declarem não reconhecer o direito histórico de Portugal, ou o considerem perempto pela sua mesma antiguidade; não respeitem a vontade expressa da população, para insistir em anexações ou integrações dos territórios alheios. É chocante sobretudo a dificuldade que tem confessado sentir em compreender bem o alcance do acórdão do Tribunal Internacional de Justiça sobre o trânsito para Dadrá e Nagar Aveli, acórdão que, havendo sido dado a nosso favor, temos agora de saber como se executará. Porque por ora estamos convencidos de que a Comunidade internacional precisa de desenvolver-se em termos de direito e não em termos de força, é nossa obrigação fazer tudo para que assim seja.

Goa é uma pequena jóia que não interessa à União Indiana pela sua extensão, e só nos interessa a nós pelo mandato da História e a todo o Ocidente pelo que representa de uma ideia de confraternização ou de convivência mundial que ali implantámos, que dali irradiou e muito depois de nós outros pensam ter inventado desejar impor. Eis porque, se foi infeliz criar a questão, muito mais infeliz seria criar um conflito, visto que não podemos negociar nem podemos transigir.

*

* *

Penso ter exposto os dados essenciais dos problemas suscitados pela campanha anticolonialista e demonstrado que deles se não podem tirar, quanto a nós, conclusões diversas daquelas a que o Governo chegou. Em pequenas coisas de pormenor é muito possível não estarmos todos de acordo, mas, exactamente porque são de pormenor e suposta pequena importância, não vale a pena fazermos com elas controvérsia e muito menos campos de batalha. O que mais nos importa é mostrar em actos a unidade que é real no fundo das consciências, porque não vejo de fora senão olhos postos em dissidências ou desuniões possíveis; estas facilitariam jogos de interesses que penso não serem os da Comunidade portuguesa.

Longe de nós, porque alheio à consciência nacional, haverá quem pense deverem aplicar-se aos nossos territórios as fórmulas e processos que vimos redondamente fracassar noutras partes; e outros, talvez sem tão más intenções, revelam alguma ansiedade por aproveitar este caso nacional — o grande problema da pátria portuguesa no nosso tempo — para ver se lhes é possível enxertar aí agitações ou mudanças políticas do seu agrado. Noto a grande desproporção entre os fins e os meios. Seja porém qual for a evolução dos problemas internos, a Nação é uma herança sagrada e a sua integridade não poderá ser sacrificada a ódios, compromissos, ambições insatisfeitas. E para quê, meu Deus? É tão fácil ser governo e é tão difícil governar!

EMPRESA TIPOGRÁFICA CASA PORTUGUESA SUCESSORES, LIMITADA
RUA DAS GÁVEAS, 109 — TELEF. 27817-26108 — LISBOA

EDIÇÕES

S·N·I

LISBOA

NB



EFG0000513213

S.N.I.